

## O IMPERIALISMO E O COLONIALISMO NAS *ORIGENS DO TOTALITARISMO*

*Imperialism and colonialism in The Origins of Totalitarianism*

Marcela da Silva Uchôa<sup>1</sup>

### RESUMO

A fim de diagnosticar as origens do totalitarismo, em seu livro *Origens do totalitarismo* – publicado originalmente em 1951 –, na secção sobre o imperialismo, Hannah Arendt reflete como a emancipação política da burguesia se estabeleceu através da dinâmica política entre colónias de colonos, centros imperiais e grupos nativos. A partir do estudo do imperialismo colonial<sup>2</sup> europeu, explica como se deu a desintegração dos Estados-nacionais que continham os artifícios necessários para o surgimento posterior de movimentos e governos totalitários. Este nos coloca diante de um novo formato de governo, que, ao passo que desafia as leis positivas, não age sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma seguir as leis da natureza, ou da história; recorre à autoridade a que as leis positivas recebem sua legitimidade final.

**Palavras-chave:** Seres supérfluos. Imperialismo. Capitalismo. Paradoxos.

### ABSTRACT

In order to diagnose the origins of totalitarianism, in her book *Origins of totalitarianism* – originally published in 1951 –, in the section on imperialism, Hannah Arendt reflects how the political emancipation of the bourgeoisie was established through the political dynamics between settler colonies, imperial centers and native groups. From the study of European colonial imperialism, he explains how the disintegration of the national states that contained the necessary devices for the subsequent emergence of totalitarian movements and governments took place. This puts us in front of a new form of government, which, while challenging positive laws, does not act without the guidance of a law, nor is it arbitrary, as it claims to follow the laws of nature, or of history; it appeals to the authority to which positive laws receive their final legitimacy.

**Keywords:** Superfluous beings. Imperialism. Capitalism. Paradoxes.

A análise crítica à volta do fracasso da tentativa de se criar uma contrapartida à lógica expansionista que sustentou o imperialismo é o caminho inicial deste trabalho, que a base do quadro normativo de Hannah Arendt visa enunciar a centralidade de refletirmos sobre “seres supérfluos” em *Origens do totalitarismo* e em sua posterior teoria política. É na secção “Imperialismo” que Arendt identifica implicitamente um processo mais profundo em jogo nas motivações que orientam os atores que participaram do projeto imperialista.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Filosofia na Universidade Federal do Ceará, mestre em filosofia na Universidade Federal do Ceará, doutora em filosofia pela Universidade de Coimbra. Pesquisadora do Instituto de estudos filosóficos da Universidade de Coimbra. [maruchoa@gmail.com](mailto:maruchoa@gmail.com)

<sup>2</sup> Quando Arendt fala em colonialismo, se refere à colonização europeia da América e da Austrália; ao se referir ao imperialismo, faz referência à expansão dos países europeus na África e na Ásia, bem como à exploração e ao racismo nela envolvidos.

A expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo. Não implica pilhagem temporária nem assimilação duradoura, característica da conquista. Parecia um conceito inteiramente novo na longa história do pensamento e ação política, embora na realidade não fosse um conceito político, mas económico, já que a expansão visa o permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais, alvos supremos do século XIX<sup>3</sup> 4.

Na base económica, a expansão correspondia ao crescimento da produção de bens a serem consumidos, contudo, quando há uma queda dessa produção, as causas são mais políticas do que económicas, tendo em vista que a produção é dependente de corpos políticos diversos, que produzem e consomem de maneira desigual. Nesse sentido, a expansão do poder político sem a criação de um corpo político era o objetivo fundamental, que seria deflagrado a partir de uma crise económica, em que a superprodução do capital e o aparecimento do dinheiro “supérfluo” justificavam que o excesso de produção fosse escoado para além das fronteiras nacionais<sup>5</sup>.

Segundo Arendt, no período pré-imperialista, a exportação do poder acompanhava o dinheiro exportado e cuidava para que este não se perdesse, já que a grande preocupação residia em criar estratégias de controle de investimentos em países distantes. Nesse estágio do imperialismo, os administradores do poder nem mesmo tentavam incorporar as colónias, mas preservavam a organização política existente, ainda que atrasada, que posteriormente viria a ser destruída pelos seus sucessores totalitários. Estes efetivamente dissolveram todas as estruturas politicamente estabilizadas. O marco histórico da superfluidade é um registro dos efeitos despolitizantes que encontram lugar nas condições socioeconómicas peculiares da Europa do século XVIII.

Com o passar do tempo, ficou claro que seria necessário que a exportação de dinheiro teria que ser seguida pela exportação da força de governo – foi nesse momento que investimentos e empreendimentos comerciais imperialistas não só se enfraqueceram, mas tiveram de passar gradualmente a ser geridos também pela burguesia local<sup>6</sup>.

A burguesia que durante tanto tempo fora excluída do governo pelo Estado-nação e, por sua própria falta de interesse das coisas públicas, emancipou-se politicamente através do imperialismo. O imperialismo deve ser considerado o

---

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. pp. 164-165.

<sup>4</sup> Na edição em inglês: “*Expansion as a permanent and supreme aim of politics is the central political idea of imperialism. Since it implies neither temporary looting nor the more lasting assimilation of conquest, it is an entirely new concept in the long history of political thought and action. The reason for this surprising originality – surprising because entirely new concepts are very rare in politics – is simply that this concept is not really political at all, but has its origin in the realm of business speculation, where expansion meant the permanent broadening of industrial production and economic transactions characteristic of the nineteenth century*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 125).

<sup>5</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 176.

<sup>6</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 177.

primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo<sup>7 8</sup>.

Para Hannah Arendt, o evento mais representativo do período imperialista foi a emancipação política da burguesia. A burguesia se desenvolveu através do Estado-nação, contudo quando ficou evidente que este designava restrições ao crescimento económico, um processo de luta pelo poder entre Estado e burguesia teve início – já que o Estado passou a funcionar como um freio às aspirações imperialistas da burguesia.

Na medida que o imperialismo se consolidou, os comerciantes adentraram a carreira política, aclamados como estadistas, transformaram as práticas e os mecanismos privados em princípios que viriam a reger os negócios públicos.

Assim, as nações interessadas mal perceberam que o desregramento que se introduzia na vida privada e contra a qual a estrutura política sempre tivera de defender-se a si própria e aos seus cidadãos estava a pique de ser promovido ao posto<sup>9</sup> de único princípio político publicamente reconhecido<sup>10 11</sup>.

O imperialismo se efetivou como uma extensão da soberania dos Estados-Nação europeus além de suas próprias fronteiras. Onde quer que a soberania moderna se enraizasse, ela construiu um *Leviatã* que impõe fronteiras territoriais hierárquicas, tanto para policiar a pureza de sua própria identidade quanto para excluir tudo o que era outro<sup>12</sup>. Para Arendt, o *Leviatã* de Hobbes se caracterizou como a única teoria política segundo a qual o Estado não se baseia em nenhum tipo de lei construtiva que imponha limites no interesse individual sobre as coisas públicas, nem mesmo era necessário, já que o interesse privado e o interesse público passaram a ser entendidos como a mesma coisa<sup>13</sup>.

Hobbes previu que uma sociedade que havia escolhido o caminho da aquisição contínua tinha de engendrar uma oposição política dinâmica capaz de levar adiante um processo contínuo de geração de poder, esse poder com o passar do tempo se torna destrutivo, já que devora as estruturas mais fracas: “Degrada o indivíduo à condição de peça insignificante na máquina de acumular poder [...] construída de forma a ser capaz de devorar o mundo, se simplesmente seguir a

<sup>7</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 180.

<sup>8</sup> Na edição em inglês: “*The bourgeoisie, so long excluded from government by the nation-state and by their own lack of interest in public affairs, was politically emancipated by imperialism. Imperialism must be considered the first stage in political rule of the bourgeoisie rather than the last stage of capitalism*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 138).

<sup>9</sup> O trecho “estava a pique de ser promovido ao posto de único” seria melhor traduzido como “estava prestes a ser promovido a único”.

<sup>10</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 181.

<sup>11</sup> Na edição em inglês: “*Therefore, the nations concerned were hardly aware that the recklessness that had prevailed in private life, and against which the public body always had to defend itself and its individual citizens, was about to be elevated to the one publicly honored political principle*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. pp. 138-139).

<sup>12</sup> HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000. p. 11.

<sup>13</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 181.

lei que lhe é inerente”<sup>14</sup> <sup>15</sup>. Nesse sentido, Hobbes é o filósofo que melhor define os anseios da burguesia. O poder na estrutura hobbesiana é que estabelece os preços e regula a oferta e a demanda favorecendo quem tem mais poder. Nesse contexto, o acúmulo de capital só se concretiza onde há um acúmulo ilimitado de poder<sup>16</sup>. Dessa análise, é importante retar que do desenvolvimento intrínseco e crescente de acumulação de capital e de poder se estabeleceu uma ideologia do progresso no final do século XIX, que foi o prenúncio do imperialismo.

Em um contexto social, quando o imperialismo ocupou o cenário político ainda no século XIX, deu vida nova a estruturas políticas e sociais ganhando espaço a partir de um falso sentido de segurança. Nesse sentido, a expansão se estabelecia como escape para a produção excessiva de capital, e oferecia como solução a exportação de capital – essa medida visava solucionar a “[...] acumulação de um capital que estava condenado à ociosidade dentro da capacidade nacional existente de produção e consumo”<sup>17</sup> <sup>18</sup>.

A divisão da África pelas grandes potências mundiais é um bom exemplo do momento histórico do estabelecimento do imperialismo moderno que surge associado ao capitalismo monopolista. Fenómeno que ganha notoriedade com o livro *Imperialism: a study*, de John A. Hobson<sup>19</sup>, publicado originalmente em 1902 e que deu as bases para outros trabalhos subsequentes, como os de Lenin e Rosa Luxemburg. Ao referenciar Hobson, Arendt relembra que os donos do capital supérfluo apenas confirmam sua alienação quando consideram investir grande parte das suas propriedades em terras estrangeiras – contra as tradições passadas do nacionalismo<sup>20</sup>. Paradoxalmente, o nacionalismo acabou por contribuir para o imperialismo, na medida que sua contraditória tendência a incorporar povos estrangeiros acaba por se afirmar mediante opressão<sup>21</sup>. Para Hobson<sup>22</sup>, o problema central do imperialismo estava na concentração de riquezas. Nesse sentido defendeu que as reformas que se propunham a alterar a distribuição de renda e fortalecer a economia interna tinham um papel importante em limitar os impulsos imperialistas.

---

<sup>14</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 191.

<sup>15</sup> Na edição em inglês: “It leaves him degraded into a cog in the power-accumulating machine, free to console himself with sublime thoughts about the ultimate destiny of this machine, which itself is constructed in such a way that it can devour the globe simply by following its own inherent law” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. pp. 146).

<sup>16</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. pp. 190-191.

<sup>17</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 193.

<sup>18</sup> Na edição em inglês: “[...] that is, the accumulation of capital which was condemned to idleness within the existing national capacity for production and consumption” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 148).

<sup>19</sup> HOBSON, John A. *Imperialism: a study*. ACLS Humanities E-Book, 2009.

<sup>20</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 195.

<sup>21</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 199.

<sup>22</sup> HOBSON, John A. *Imperialism: a study*. ACLS Humanities E-Book, 2009.

Em 1912, Rosa Luxemburg escreveu *A acumulação do capital*, que nas suas primeiras edições tinha como subtítulo “Contribuições à teoria económica do imperialismo”; neste identificou as raízes económicas do imperialismo inerentes ao próprio processo de acumulação de capital. As concepções teóricas de Luxemburg<sup>23</sup>, baseadas em amplo material empírico, se estabeleceram como uma crítica contundente aos economistas clássicos e seus seguidores neoclássicos e sua lei dos mercados, em que as crises inexistem, já que a oferta cria sua própria demanda. Argumento ratificado por Arendt, quando, ao referenciar Luxemburg, afirma:

As crises e depressões que sobreviveram nas décadas que precederam a era do imperialismo haviam convencido os capitalistas de que todo o seu sistema económico de produção dependia de uma oferta e procura que de agora em diante tinha de vir de fora da sociedade capitalista<sup>24 25</sup>.

Para Luxemburg<sup>26</sup>, interessa perceber o processo de reprodução ampliada, ou seja, por qual motivo a mais-valia não se concretiza efetivamente ao nível do mercado interno. Observa que, enquanto os trabalhadores consomem integralmente seus salários, os capitalistas não gastam toda a renda adicional do processo de acumulação. Assim, o argumento de que existe uma contradição entre a capacidade infinita de desenvolvimento das forças produtivas e a capacidade limitada do mercado interno de crescer justifica a necessidade de utilização de mercados externos. Nesse sentido, o imperialismo se efetiva como a própria expressão política do processo de acumulação do capital, que se concretiza em seu desejo de conquista das regiões não capitalistas que não se encontram ainda dominadas.

Ainda que os artifícios imperialistas tenham seus efeitos até hoje, a supremacia do capital acumulado nos velhos países capitalistas permanece na busca por encontrar possibilidades de capitalização para sua mais-valia. Esses artifícios, se comparados com o elevado grau de forças produtivas do capital no passado, revelam-se com um campo bem menor de expansão. Contudo, ainda que a questão externa não seja um acontecimento recente no capitalismo, é uma condição permanente no seu desenvolvimento.

As depressões dos anos 60 e 80, que deram início à era do imperialismo, forçaram a burguesia a compreender pela primeira vez que o pecado original do roubo, que séculos antes tornara possível “original acumulação de capital”

---

<sup>23</sup> LUXEMBURG, Rosa. “The complete works of Rosa Luxemburg”. In: HUDIS, Peter; LE BLANC, Paul (Eds.). *Economic writings 2*. Vol. 2. Tradução de Nicholas Gray e George Shriver. London: Verso, 2016.

<sup>24</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 193.

<sup>25</sup> Na edição em inglês: “The ensuing crises and depressions during the decades preceding the era of imperialism had impressed upon the capitalists the thought that their whole economic system of production depended upon a supply and demand that from now on must come from ‘outside of capitalist society’” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 148).

<sup>26</sup> LUXEMBURG, Rosa. “The complete works of Rosa Luxemburg”. In: HUDIS, Peter; LE BLANC, Paul (Eds.). *Economic writings 2*. Vol. 2. Tradução de Nicholas Gray e George Shriver. London: Verso, 2016. pp. 262-264 *passim*.

(Marx) e havia gerado todas as acumulações posteriores, teria eventualmente de ser repetido a fim de evitar que o motor da acumulação parasse de súbito<sup>27 28</sup>.

Por isso, para Rosa Luxemburg, a procura por mercados externos emerge como contradição primordial do capitalismo, de forma tão forte quanto as outras contradições investigadas por Marx em *O capital*.

Com a cisão entre o poder nacional e as administrações coloniais, a figura dos estadistas permaneceu dentro de um quadro idealista, enquanto a administração colonial com o passar do tempo já não aceitava mais a interferência de estadistas inexperientes e da própria maioria nacional. Nesse sentido, a nação é ultrapassada pelos imperialistas, na medida que muitos de seus representantes ou são comprados ou são convencidos de que o imperialismo é a única alternativa. Desse modo, elementos que outrora faziam contenção ao imperialismo acabaram por se confundir com aquilo que pretendiam combater.

Os donos do capital supérfluo foram os primeiros a buscar lucros sem exercer qualquer função social verdadeira; a expansão salvou a burguesia dos efeitos da má distribuição e revitalizou seu conceito de propriedade em uma época em que a riqueza já não podia ser usada como fator produtivo dentro da esfera nacional<sup>29</sup>.

Instrumentos coercitivos asseguravam a apreciação do capital, fluxos dos investimentos no exterior, alienavam os colonizados e promoviam controle do capital especulativo. Se dentro da nação, medidas de controle institucional legítimas colocavam limites a esses excessos, o mesmo não ocorria nos países dependentes. Nas periferias do mundo, a violência seguiu sem limites e o capitalismo – sem regulação – criou novas e dolorosas realidades. Ao citar a expansão britânica na África do Sul, ainda no começo do século XIX, e como se transformou no que chamou de “um campo de cultura do imperialismo”:

Garimpeiros, aventureiros, e a escória das grandes cidades emigraram para o continente negro juntamente com o capital dos países industrialmente desenvolvidos. De agora em diante a ralé, gerada pela monstruosa acumulação de capital, acompanhava a sua mãe ideológica nessas viagens de descoberta, onde nada era descoberto a não ser novas possibilidades de investimento<sup>30 31</sup>.

<sup>27</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 193.

<sup>28</sup> Na edição em inglês: “The decisive point about the depressions of the sixties and seventies, which initiated the era of imperialism, was that they forced the bourgeoisie to realize for the first time that the original sin of simple robbery, which centuries ago had made possible the ‘original accumulation of capital’ (Marx) and had started all further accumulation, had eventually to be repeated lest the motor of accumulation suddenly die down” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 148).

<sup>29</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 196.

<sup>30</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 197.

<sup>31</sup> Na edição em inglês: “Prospectors, adventurers, and the scum of the big cities emigrated to the Dark Continent along with capital from industrially developed countries. From now on, the mob, begotten by the monstrous accumulation of capital,

O ideal burguês de que o capital era capaz de se multiplicar não ocorria de forma direta, mas sim através das leis capitalistas que podiam, sem freios morais, se apropriar das riquezas alheias. Nesse momento, a acumulação primitiva<sup>32</sup> adere às formas do imperialismo, em que os donos do capital supérfluo eram os únicos que podiam explorar “seres humanos supérfluos” vindos de toda parte do mundo: “Juntos, estabeleceram o primeiro paraíso de parasitas, cujo sangue vital era o ouro”<sup>33 34</sup>.

Enquanto o colonialismo representava uma extensão das leis e dos ideais da pátria no território colonial, o imperialismo frequentemente negava a extensão dessas leis, negava esforços para assimilar o país estrangeiro e focava na expansão econômica para o país de origem às custas do país conquistado através de ideologias racistas e da violência. Para Arendt, é fundamental entendermos que, ainda que o imperialismo tenha crescido com ajuda do colonialismo, seu desenvolvimento se deu fora dele, se apresentando com algo radicalmente diferente e novo na história do pensamento. A política enquanto arte de viver juntos foi subvertida em uma técnica altamente complicada de destruição mútua, ao passo que os três principais impulsos do imperialismo – poder pelo bem do poder, expansão pelo bem da expansão e racismo – continuaram a dominar o mundo<sup>35</sup>.

A partir de uma análise histórica, relembra os perigos de alianças democráticas com o imperialismo. Na Alemanha, foram os liberais (e não o partido conservador) que promoveram a política naval que contribuiu para deflagração da Primeira Guerra Mundial; assim como foram os

---

*accompanied its begetter on those voyages of discovery where nothing was discovered but new possibilities for investment” (ARENDDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 151).*

<sup>32</sup> Para Rosa Luxemburg, o imperialismo é o militarismo que seguiu a acumulação do capital, no que afirma: “O militarismo exerce uma função muito determinante na história do capital. Acompanha o progresso da acumulação em cada uma das suas fases históricas. No período da chamada acumulação original, ou seja nas origens do capital europeu, o militarismo jogou um papel decisivo na conquista do novo mundo e dos países asiáticos produtores de especiarias; mais tarde tem o mesmo papel na subjugação das colônias modernas da destruição de formas sociais e organização em sociedades primitivas e da apropriação dos seus meios de produção, a imposição da troca mercantil em países onde as suas estruturas sociais constituíam obstáculo à economia de mercado, a proletarianização forçada dos habitantes indígenas e a imposição do trabalho assalariado nas colônias”. Tradução livre da autora. No original: “*Militarism carries out a very determinant function in the history of capital. It accompanies the progress of accumulation in each of its historical phases. In the period of so-called ‘original accumulation’, i.e at the origins of European capital, militarism plays the decisive role in the conquest of the New World and the Asian spice-producing countries; later, it plays the same role in the subjugation of the modern colonies, the destruction of the social forms of organization of primitive societies, and the appropriation of their means of production, the imposition of commodity exchange in countries whose social structures constitute an obstacle to the commodity economy, the forcible proletarianization of the indigenous inhabitants, and the imposition of wage labor in the colonies*” (LUXEMBURG, Rosa. “The complete works of Rosa Luxemburg”. In: HUDIS, Peter; LE BLANC, Paul (Eds.). *Economic writings 2*. Vol. 2. Tradução de Nicholas Gray e George Shriver. London: Verso, 2016. p. 331).

<sup>33</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 197.

<sup>34</sup> Na edição em inglês: “*Together they established the first paradise of parasites whose lifeblood was gold*” (ARENDDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 151).

<sup>35</sup> ARENDT, Hannah. “Sechs essays”. In: HAHN, Barbara (Ed.). *Sechs essays: Die verborgene tradition. Kritische Gesamtausgabe/Complete Works*. Vol. 3. Göttingen: Wallstein Verlag, 2019, pp. 9-112. p. 254.

socialistas reformistas que vacilavam entre apoio à política naval imperialista e o desdém por questões de política estrangeira<sup>36</sup>.

Em termos marxistas, o novo fenómeno da aliança entre a ralé e o capital parecia tão artificial, tão obviamente em conflito com a doutrina de luta entre as classes, que foram completamente esquecidos os verdadeiros perigos da tentativa imperialista de dividir a humanidade em raças dominantes e raças escravas, em raças inferiores e superiores, em homens negros e homens brancos como meio de unificar o povo à base da ralé<sup>37 38</sup>.

O diagnóstico de Arendt, aqui, em muito segue a crítica que Rosa Luxemburg dirigiu ao partido socialista e às suas posturas reformistas<sup>39</sup>, que, em vez de gerarem uma real rutura com o império capitalista, optavam por acordos em troca de barganhas políticas que em última instância levaram ao declínio do próprio socialismo. Quanto aos estadistas liberais, Arendt diagnosticou não só a fraqueza da oposição popular ao imperialismo, mas as inconsistências e promessas não cumpridas que atribui ao seu oportunismo e ao seu suborno. Característica recorrente em uma sociedade com conflitos de interesses – em que os interesses individuais são entendidos como bem comum –, a expansão reivindicava a aparência de interesse comum da nação<sup>40</sup>.

O apelo à unidade assemelhava-se exatamente aos gritos de alerta que sempre haviam levado os povos à guerra; e, no entanto, ninguém – exceto Marx – percebeu que aquele instrumento universal e permanente de unidade escondia o germe da guerra permanente e universal<sup>41 42</sup>.

Arendt relembra que Karl Marx já alertava para os perigos da ideia de um instrumento universal permanente de unidade, que, integrado ao Estado-nação e à guerra colonialista, acabava por conduzir ao imperialismo e a uma lógica totalitária. Paradoxalmente, no capítulo sobre

<sup>36</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 198.

<sup>37</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 198.

<sup>38</sup> Na edição em inglês: “*In Marxist terms the new phenomenon of an alliance between mob and capital seemed so unnatural, so obviously in conflict with the doctrine of class struggle, that the actual dangers of the imperialist attempt – to divide mankind into master races and slave races, into higher and lower breeds, into colored peoples and white men, all of which were attempts to unify the people on the basis of the mob – were completely overlooked*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 152).

<sup>39</sup> Segundo Rosa Luxemburg, no contexto da Primeira Guerra Mundial, as lideranças reformistas do partido social democrata alemão levaram a classe trabalhadora mais organizada da Europa ao cataclismo: “Em lado algum a organização do proletariado se fez tão completamente subserviente ao imperialismo [...]. Nenhuma luta de classes política e industrial da classe trabalhadora foi tão abandonada como a da Alemanha”. Tradução livre da autora. No original: “*Nowhere was the organization of the proletariat made so completely subservient to imperialism [...]. Nowhere was the political and industrial class struggle of the working class so entirely abandoned as in Germany*” (LUXEMBURG, Rosa. “The Junius Pamphlet”. In: HUDIS, Peter; ANDERSON, Kevin B. (Eds.). *The Rosa Luxemburg Reader*. New York: Monthly Review, 2004. p. 315).

<sup>40</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 199.

<sup>41</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 200.

<sup>42</sup> Na edição em inglês: “*The cry for unity resembled exactly the battle cries which had always led peoples to war; and yet, nobody detected in the universal and permanent instrument of unity the germ of universal and permanent war*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 153).



“totalitarismo”, defendeu que o que livrou o marxismo de cair na lógica totalitária foi exatamente essa defesa do Estado-nação que em última instância viria a contribuir com a guerra imperialista.

Nesse contexto, a propriedade emergiu como a base firme para o desenvolvimento político, de forma que mesmo estadistas não imperialistas foram convencidos de que existiam interesses comuns com o imperialismo, mesmo diante das contradições estruturais dos dois modelos. Ou seja, as próprias autoridades governamentais, paradoxalmente, estabeleceram um imperialismo nacionalista como modelo.

No fim do século XIX, as classes proprietárias eram de tal forma dominantes que era quase ridículo a um funcionário do Estado fingir que servia o país. A divisão do país em classes deixava os funcionários públicos alienados do corpo político e forçava-os a formar o seu próprio círculo. Servindo nas colônias escapavam à desintegração do corpo nacional. Dominando povos estrangeiros em países distantes, podiam muito melhor passar por heróicos servidores da nação que “com seus serviços glorificavam a raça” do que se permanecessem no país de origem<sup>43 44</sup>.

As colônias deixam de ser apenas locais de exploração e, nesse momento, passam a ter um carácter estrutural. Nesse sentido, a expansão deu nova vida ao próprio nacionalismo, e passou a ser aceite como política nacional. Os membros das associações colonialistas e ligas imperialistas, quanto mais distantes territorialmente da nação, mais acreditavam que estavam servindo a ela: “A aliança entre a ralé e o capital está na génese de toda política imperialista”<sup>45 46</sup>. Essa articulação teve suas especificidades nos movimentos de nações diferentes, desde a Grã-Bretanha, a Áustria, a Alemanha e a França, contudo, para além das especificidades de cada projeto de poder, o objetivo comum era: “[...] imperializar toda a nação (e não apenas a sua parte supérflua), concatenar a política doméstica com política externa de modo a organizar o país para a pilhagem de territórios alheios e a degradação permanente de povos estrangeiros”<sup>47 48</sup>.

<sup>43</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 201.

<sup>44</sup> Na edição em inglês: “At the close of the century the owning classes had become so dominant that it was almost ridiculous for a state employee to keep up the pretense of serving the nation. Division into classes left them outside the social body and forced them to form a clique of their own. In the colonial services they escaped the actual disintegration of the national body. In ruling foreign peoples in faraway countries, they could much better pretend to be heroic servants of the nation, ‘who by their services had glorified the British race’, than if they had stayed at home” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 154).

<sup>45</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 202.

<sup>46</sup> Na edição em inglês: “The alliance between capital and mob is to be found at the genesis of every consistently imperialist policy” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 155).

<sup>47</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 202.

<sup>48</sup> Na edição em inglês: “[...] to imperialize the whole nation (and not only the ‘superfluous’ part of it), to combine domestic and foreign policy in such a way as to organize the nation for the looting of foreign territories and the permanent degradation of alien peoples” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 155).

## O HORIZONTE POLÍTICO DO CONCEITO DE “TOTALITARISMO”

Apesar de a palavra “totalitarismo” ter ganhado notória atenção no panorama político contemporâneo com a obra de Hannah Arendt, *The origins of totalitarianism*<sup>49</sup> – publicada originalmente em inglês em 1951 e reeditada com prefácios adicionais em 1958 e 1966 –, foi Carl Schmitt que, em 1927, cunhou pela primeira vez o termo no mesmo contexto que mais tarde Arendt viria a adotar. No texto *O conceito do político* (em alemão *Der begriff des politischen*), que depois de ampliado viria a se tornar uma influente obra que só teve sua versão final publicada em 1932, Schmitt insere a expressão “Estado total”:

[...] a equiparação estatal = político toma-se incorrecta e indutora em erro à medida que Estado e sociedade se penetram mutuamente, tornando sociais todos os assuntos que até agora eram estatais e, ao contrário, tornando estatais todos os assuntos que até agora eram “apenas” sociais, tal como ocorre, de modo necessário, numa comunidade organizada democraticamente. Então, os âmbitos que até agora eram “neutrais” – religião, cultura, formação, economia – deixam de ser “neutrais” no sentido de não-estatais e não-políticos. Enquanto contra-conceito polémico contra tais neutralizações e despolitizações de importantes âmbitos de coisas aparece o Estado total da identidade entre Estado e sociedade, o qual não é desinteressado em relação a nenhum âmbito de coisas e agarra potencialmente qualquer âmbito. Consequentemente, nele, tudo é político, pelo menos segundo a possibilidade, e a referência ao Estado já não está apta a fundar uma marca específica de diferenciação do “político”<sup>50 51</sup>.

Schmitt desenvolve o conceito de “Estado total” contra a despolitização liberal de áreas como a religião e a economia. Só o “Estado total” é realmente democrático, já que anula (*Aufhebung*) a separação entre a sociedade e o Estado. O termo utilizado por Schmitt, que foi jurista de Weimar e mais tarde académico nazista, ganhou destaque no discurso político anticomunista ocidental durante a era da Guerra Fria – em que comunismo e fascismo eram equalizados à base da recusa da separação entre Estado e sociedade.

Nesse sentido, apesar de Arendt instrumentalmente adotar o termo “totalitarismo” para igualar o regime nazista ao comunista, o arcabouço político que sustenta a utilização do termo é diferente. Enquanto Carl Schmitt defende que tudo é político, Hannah Arendt preserva o ideal de separação daquilo que ela chama de questão social da esfera política. Acaba por adotar uma postura antissocial ao conceber que a política de massas é o espaço propício ao desenvolvimento e à

<sup>49</sup> Em entrevista a *California Repport*, Roger Berkowitz (professor e chefe do Centro Hannah Arendt de Política e Humanidade no Bard College, em Nova York) afirma que não foi Arendt que escolheu o título *The origins of totalitarianism*, mas sim o seu editor. Segundo Berkowitz, ela acreditava que o mundo era complexo e confuso demais para se identificarem as raízes do totalitarismo. Em alemão, o título foi traduzido para *Elemente und Ursprunge totaler Herrschaft*, ou seja, “Os elementos e as origens do regime totalitário”.

<sup>50</sup> SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Tradução de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2015. p. 46.

<sup>51</sup> Na edição em alemão: “[...] alle bisher staatlichen Angelegenheiten gesellschaftlich und umgekehrt alle bisher ‘nur’ gesellschaftlichen Angelegenheiten staatlich werden, wie das in einem demokratisch organisierten Gemeinwesen notwendigerweise eintritt. Dann hören die bisher ‘neutralen’ Gebiete – Religion, Kultur, Bildung, Wirtschaft – auf, ‘neutral’ im Sinne von nicht-staatlich und nicht-politisch zu sein. Als polemischer Gegenbegriff gegen solche Neutralisierungen und Entpolitisierungen wichtiger Sachgebiete erscheint der gegenüber keinem Sachgebiet desinteressierte, potentiell jedes Gebiet ergreifende totale Staat der Identität von Staat und Gesellschaft. In ihm ist infolgedessen alles wenigstens der Möglichkeit nach politisch, und die Bezugnahme auf den Staat ist nicht mehr imstande, ein spezifisches Unterscheidungsmerkmal des ‘Politischen’ zu begründen” (SCHMITT, Carl. *Der Begriff des Politischen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1987. p. 11).

estruturação de regimes totalitários – postura comum dentro do pensamento liberal – e antagónica ao pensamento de Carl Schmitt, profundo crítico das democracias liberais. Ao igualar o nacional-socialismo ao comunismo, a teórica defende que ambos os regimes visam destruir todas as tradições sociais, legais e políticas:

Independente da tradição especificamente nacional, ou da fonte espiritual particular da sua ideologia, o regime totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massas, transferiu o centro do poder do exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente o domínio mundial [...] sempre que estes se tornavam realmente totalitários, passavam a operar segundo um sistema de valores tão radicalmente diferente dos outros que nenhuma das nossas tradicionais categorias utilitárias – legais, morais, lógicas – podia mais ajudar-nos a aceitar, julgar, ou prever o seu curso de ação<sup>52 53</sup>.

Para Arendt, ao atacar a pluralidade, os regimes totalitários enfraquecem a capacidade de pensar e de iniciar ação. Dessa forma, abre-se espaço para a existência de métodos de intimidação improvisados, em que o espaço público é reduzido a um ambiente no qual a comunicação é substituída por reflexos de propaganda. Arendt afirma que o totalitarismo nos coloca diante de um novo formato de governo, que, ao passo que desafia as leis positivas, não age sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma seguir as leis da natureza, ou da história; recorre à autoridade a que as leis positivas recebem sua legitimidade final<sup>54</sup>. Nesse sentido, a política só é possível como liberdade e a liberdade só é possível como ação entre iguais, uma igualdade que não existe *a priori*, fora do espaço público, mas que é própria desse espaço.

Hannah Arendt defendeu que os regimes de Hitler e Stalin representavam variedades de um único tipo de sistema. Refletiu longamente sobre as dificuldades de tentar entender fenómenos que desafiaram nossas categorias de pensamento político e nossos padrões de julgamento moral. Entretanto, ela era ciente de que, enquanto alguns cientistas políticos viam características totalitárias desde Revolução Francesa, outros haviam encontrado factos históricos muito mais antigos que podiam ser caracterizados como influências totalitárias sobre os eventos da modernidade.

Edmund Burke<sup>55</sup> havia sido o primeiro a fazer advertência de que a ditadura jacobina representava um tipo novo e particularmente perigoso

<sup>52</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 609.

<sup>53</sup> Na edição em inglês: “No matter what the specifically national tradition or the particular spiritual source of its ideology, totalitarian government always transformed classes into masses, supplanted the party system, not by one-party dictatorships, but by a mass movement, shifted the center of power from the army to the police, and established a foreign policy openly directed toward world domination. Present totalitarian governments have developed from one-party systems; whenever these became truly totalitarian, they started to operate according to a system of values so radically different from all others, that none of our traditional legal, moral, or common sense utilitarian categories could any longer help us to come to terms with, or judge, or predict their course of action” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 460).

<sup>54</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 611.

<sup>55</sup> O filósofo Edmund Burke foi um profundo crítico da Revolução Francesa. Em seu livro *Reflections on the revolution in France*, publicado em 1790, Burke adota uma postura anti-iluminista que se distingue por se opor a qualquer projeto de emancipação social que fosse contra o orgânico da sociedade, característica que

de tirania, mas o fenómeno que mais reconsiderou os teóricos políticos foi a culminação das revoluções no regime de Napoleão Bonaparte. A sua combinação explosivamente poderosa de ditadura pessoal e mobilização popular levou muitos a traçarem paralelos com o governo de Júlio César, aparentemente implicando que não havia nada realmente novo aqui<sup>56 57</sup>.

Segundo Canovan<sup>58</sup>, o estabelecimento do segundo regime bonapartista levou vários estudiosos a traçar paralelos com o fim da república romana, e também a especular sobre as novas características da sociedade europeia:

O fracasso de Napoleão na tentativa de unir a Europa sob a bandeira francesa foi uma indicação clara que a conquista por uma nação levaria ao total despertar da consciência nacional do povo conquistado e conseqüentemente à rebelião contra o conquistador, ou à tirania<sup>59 60</sup>.

A possibilidade de uma forma desconhecida de governo repressivo já não era mais aceitável para monarquistas conservadores do que para liberais progressistas. Ao refletir as análises do cesarismo levadas a cabo por Peter Baehr, Margareth Canovan afirma que os regimes autocráticos, centralizados como o de Napoleão, careciam de fundamento constitucional e mostravam pouco respeito à legalidade, ainda que reivindicassem a legitimidade do consentimento popular: “Estabelecido e sustentado pela força, dedicado ao engrandecimento militar, foi confirmado pela aclamação de uma população deslumbrada com a visão da glória nacional”<sup>61 62</sup>.

---

considerava opressiva e totalitária. Para Burke, a Revolução Francesa não tinha as mesmas motivações das revoluções ocorridas na Inglaterra e nos Estados Unidos décadas antes. Entendia a Revolução Francesa não só como uma revolução política, mas de carácter total, ocasionada por um rompimento violento com a tradição. Defendia que, enquanto as transformações políticas nos Estados Unidos e na Inglaterra propiciaram um retorno à ordem, o modelo francês tornou-se radical – característica que entendia como um impulso ao caos e à violência em proporções maiores (BURKE, Edmund. *Reflections on the revolution in France*. New York: Oxford University Press, 2009).

<sup>56</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. pp. 241-242.

<sup>57</sup> Tradução livre da autora. No original: “Edmund Burke had been first in the field with his warning that the Jacobin dictatorship represented a new and particularly dangerous kind of tyranny, but the phenomenon that had set off most rethinking among political theorists was the Revolution’s culmination in the regime of Napoleon Bonaparte. His explosively powerful combination of personal dictatorship and popular mobilization led many to draw parallels with the rule of Julius Caesar, apparently implying that there was nothing really novel here” (CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. pp. 241-242).

<sup>58</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260.

<sup>59</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 168.

<sup>60</sup> Na edição em inglês: “The Napoleonic failure to unite Europe under the French flag was a clear indication that conquest by a nation led either to the full awakening of the conquered people’s national consciousness and to consequent rebellion against the conqueror, or to tyranny” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 128).

<sup>61</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 242.

Para Canovan<sup>63</sup>, o que interessa perceber é que, de Bonaparte a Mussolini, e de Mussolini a Hitler, a percepção desses eventos como totalitários importou pouco – a adoção generalizada do termo no uso académico e popular só ganha força em meados do século XX e implicou a percepção de que havia de facto algo novo nessas novas ditaduras.

Contudo, essa novidade ainda era frequentemente vista como uma intensificação de medidas de controle, e não como algo totalmente sem precedentes. Nesse sentido, o controle total de todos os aspetos da vida só é alcançado através da organização das massas unida por uma ideologia oficial. É a participação das massas na política moderna que possibilita que a democracia também forneça as condições para a forma mais intensiva de ditadura já alcançada. A autoridade de um líder, ainda que não tenha legitimidade constitucional, goza do apoio das massas; e só é possível porque é amparada por uma ideologia.

Arendt tem o cuidado de restringir seu uso do termo “totalitário” a apenas dois casos, os regimes liderados por Hitler e Stalin. Todos os regimes comunistas pós-estalinistas da URSS e da Europa Oriental, por exemplo, muitas vezes vistos como exemplos clássicos, ficam fora de sua categoria. Ao rever a situação da URSS após a morte de Stalin, defendeu que o totalitarismo havia cessado: “[...] o povo da União Soviética emergiu do governo totalitário para as muitas privações, perigos e injustiças da ditadura unipartidária”<sup>64 65</sup>. Contudo, reconhecia que o aparato de controle total ainda estava lá: desde o partido, a ideologia, a polícia secreta, a falta de direitos, ainda assim o sistema não era mais totalitário. Caracterização que não concedeu, por exemplo, à ditadura de Mussolini na Itália.

Talvez seja ainda mais revelador que Arendt tenha negado o rótulo ao regime que se proclamou “totalitário”, o fascismo de Mussolini. No seu auge, antes de Mussolini cair sob a influência de Hitler, seu regime era, na sua opinião, “não

---

<sup>62</sup> Tradução livre da autora. No original: “*Established and sustained by force, devoted to military aggrandizement, it was confirmed by the acclamation of a populace dazzled by the vision of national glory*” (CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 242).

<sup>63</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260.

<sup>64</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. XLIV.

<sup>65</sup> Na edição em inglês: “[...] *the people of the Soviet Union have emerged from the nightmare of totalitarian rule to the manifold hardships, dangers, and injustices of one-party dictatorship*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. XXXVII).

totalitário, mas apenas uma ditadura nacionalista comum”<sup>66</sup>, com um líder à frente de um único partido na posse do Estado<sup>67 68</sup>.

Paradoxalmente, a “ideologia do terror” que caracterizava essa nova forma de governo, ainda que no sentido comum da palavra estivesse presente na ditadura de Mussolini, em Arendt não se apresentava como uma escala de terror de forma decisiva para que o regime viesse a ser considerado totalitário. O conceito de totalitarismo entendido por Arendt não é apenas mais extremo do que outras formas de opressão política, mas é essencialmente diferente, com características especiais que vão além das especificidades das tradições nacionais dos países em que estão implementados, ou da especificidade de sua ideologia. Em outros lugares, ela observa que os líderes nazistas estavam bem cientes dessa distinção, desprezando o fascismo de Mussolini, mas reconhecendo que o regime de Stalin era semelhante ao seu<sup>69</sup>.

Ditaduras não totalitárias semelhantes surgiram antes da II Guerra Mundial, na Romênia, Polônia, nos Estados bálticos (Lituânia e Letônia), na Hungria, em Portugal e, mais tarde, em Espanha. Os nazis, cujo instinto era infalível para discernir essas diferenças, costumavam comentar com desprezo as falhas dos seus aliados fascistas, ao passo que a genuína admiração que nutriam pelo regime bolchevique na Rússia (e pelo partido comunista da Alemanha) só era igualada e refreada pelo seu desprezo em relação às raças da Europa Oriental. O único homem pelo qual Hitler sentia “respeito incondicional” era por “Estaline, o gênio”<sup>70 71</sup>.

Em nota a essa citação, Arendt registra os comentários depreciativos de Goebbels sobre a superficialidade do fascismo em comparação ao radicalismo nazista. Disse Goebbels: “[O fascismo] é [...] completamente diferente do nacional-socialismo. Enquanto esse último desce até as raízes, o

<sup>66</sup> Canovan está a referir-se à seguinte passagem de Hannah Arendt em *The origins of totalitarianism*: “This is what finally happened in Italy under Mussolini’s Fascism, which up to 1938 was not totalitarian but just an ordinary nationalist dictatorship developed logically from a multiparty democracy” (ARENDR, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. pp. 256-257; “Foi o que finalmente aconteceu na Itália sob o fascismo de Mussolini, que até 1938 não era totalitário, mas apenas uma ditadura nacionalista comum desenvolvida logicamente a partir de uma democracia multipartidária”, tradução livre da autora).

<sup>67</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 243.

<sup>68</sup> Tradução livre da autora. No original: “It is perhaps even more telling that Arendt denied the label to the regime that first proclaimed itself ‘totalitarian’, Mussolini’s Fascism. In its prime, before Mussolini fell under Hitler’s influence, his regime was in her view ‘not totalitarian but just an ordinary nationalist dictatorship’, with a leader at the head of a single party in possession of the state” (CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 243).

<sup>69</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 244.

<sup>70</sup> ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. pp. 410-411.

<sup>71</sup> Na edição em inglês: “Similar nontotalitarian dictatorships sprang up in prewar Rumania, Poland, the Baltic states, Hungary, Portugal and Franco Spain. The Nazis, who had an unfailing instinct for such differences, used to comment contemptuously on the shortcomings of their Fascist allies while their genuine admiration for the Bolshevik regime in Russia (and the Communist Party in Germany) was matched and checked only by their contempt for Eastern European races. The only man for whom Hitler had ‘unqualified respect’ was ‘Stalin the genius’” (ARENDR, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 309).

fascismo é superficial”<sup>72 73</sup>. Afirmação reforçada nas palavras da própria Arendt, quando enfatiza o reconhecimento mútuo de ambas as lideranças dos regimes como líderes totalitários: “O único homem pelo qual Hitler sentia ‘respeito incondicional’ era por ‘Estaline, o génio’ [...]. Estaline também só confiava num homem, e esse homem era Hitler”<sup>74 75</sup>.

Para Canovan<sup>76</sup>, a ênfase dada por Arendt à revolução ideológica não pode ser considerada uma novidade na medida que fenómeno semelhante já foi visto, por exemplo, muito antes no jacobinismo, durante a Revolução Francesa. Nesse sentido, não seria a base do republicanismo europeu também totalitário (segundo o próprio entendimento de totalitarismo de Arendt)? A pergunta se coloca na medida que não há uma necessária contradição entre totalitarismo e republicanismo para os revolucionários jacobinos da Revolução Francesa: a “doutrina armada” jacobina, tão temida pelo filósofo Edmund Burke,

[...] faz o totalitarismo parecer uma espécie de cruzada ideológica quase religiosa. No entanto, Arendt continua a insistir na completa falta de precedentes para o fenómeno com o qual se preocupa. Os regimes totalitários “operam de acordo com um sistema de valores tão radicalmente diferente de todos os outros, que nenhuma das nossas categorias tradicionais de direito, moral ou senso comum poderia mais nos ajudar a chegar a um acordo, julgar ou prever seu curso de ação”<sup>77 78</sup>.

Paradoxalmente, a definição de totalitarismo de Arendt também poderia ser aplicada à ideologia dos jacobinos na Revolução Francesa que foi duramente criticada pelo filósofo conservador Edmund Burke, o qual defendeu ser essa revolução ditatorial e terrorista. As críticas de Burke, ainda que coadunem com as posições de Hannah Arendt, trazem a compreensão da origem do republicanismo francês como sendo totalitário, o que remete ao paradoxo de se pensar a possibilidade de republicanismo e totalitarismo caminharem juntos. Para os jacobinos, era

<sup>72</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 410.

<sup>73</sup> Na edição em inglês: “[Fascism] is... nothing like National Socialism. While the latter goes deep down to the roots, Fascism is only a superficial thing” (THE GOEBBELS DIARIES, 1948, p. 71 *apud* ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 309).

<sup>74</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 411.

<sup>75</sup> Na edição em inglês: “The only man for whom Hitler had ‘unqualified respect’ was ‘Stalin the genius’ [...]. Stalin trusted only one man and that was Hitler” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 309).

<sup>76</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 244.

<sup>77</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 244.

<sup>78</sup> Tradução livre da autora. No original: “[...] makes totalitarianism sound like a kind of quasi-religious ideological crusade. Yet Arendt continues to insist on the complete lack of precedents for the phenomenon she is concerned with. Totalitarian regimes ‘operate according to a system of values so radically different from all others, that none of our traditional legal, moral, or common sense categories could any longer help us to come to terms with, or judge, or predict their course of action’” (CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 244).

absolutamente possível a defesa de uma proposta republicana, ainda que fosse mais radical. Já Arendt segue na sua compreensão de que o regime nazista e o comunismo de Stalin foram modelos específicos:

As literaturas nazi e bolchevique provam repetidamente que os governos totalitários visam conquistar o globo e trazer todos os países para debaixo do seu jugo. Contudo, não chegam a ser decisivos esses programas ideológicos, herdados dos movimentos pré-totalitários (dos partidos antisemitas supranacionais e dos sonhos pangermânicos de impérios, no caso dos nazis, e do conceito internacional do socialismo revolucionário, no caso dos bolchevistas). Decisivo é que regimes totalitários realmente conduzem sua política estrangeira na constante pressuposição de que eventualmente conseguirão atingir o seu objetivo final e nunca o perdem de vista, por mais remoto que ele pareça ou por mais que se choque com as necessidades do momento<sup>79 80</sup>.

A tentativa de Arendt de distinguir o totalitarismo comunista da URSS e o nazismo da Alemanha de outros modelos autoritários gera uma dificuldade de articular fenómenos, já que consiste na mobilização em entender o totalitarismo como um movimento de massa perpétuo que visa a destruição. A forma totalitária de governo depende que um movimento, e não um partido, tome o poder.

Nesse sentido, compreender as formas “normais” de ditadura pode ajudar a entender esse fenómeno indescritível, concentrando a atenção especialmente nas peculiaridades da liderança totalitária e sua relação com as massas. Segundo Canovan<sup>81</sup>, as teorias pós-clássicas da ditadura foram construídas em torno da figura do líder: a ideia do homem maior que personifica o domínio. A ideia do ditador que se tornou senhor por pura força da personalidade, sem poder contar com o apoio tradicional ou institucional, era muito comum na tradição do cesarismo do século XIX. No século XX, o fascismo transformou esse relutante reconhecimento do domínio pessoal em uma justificativa ideológica do governo ditatorial, como um homem que havia dado provas práticas de sua capacidade de liderar: “Se Mussolini mostrou o caminho, Hitler e seus seguidores foram mais longe, personalizando explicitamente seu regime, de modo que tudo girava em torno do Führer, cuja vontade tinha força de lei”<sup>82 83</sup>.

<sup>79</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 549.

<sup>80</sup> Na edição em inglês: “*Evidence that totalitarian governments aspire to conquer the globe and bring all countries on earth under their domination can be found repeatedly in Nazi and Bolshevik literature. Yet these ideological programs, inherited from pretotalitarian movements (from the supranationalist antisemitic parties and the Pan-German dreams of empire in the case of the Nazis, from the international concept of revolutionary socialism in the case of the Bolsheviks) are not decisive. What is decisive is that totalitarian regimes really conduct their foreign policy on the consistent assumption that they will eventually achieve this ultimate goal, and never lose sight of it no matter how distant it may appear or how seriously its ‘ideal’ demands may conflict with the necessities of the moment*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 415).

<sup>81</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260.

<sup>82</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 246.



Canovan defende que não interessam a Arendt características específicas de Hitler e Stalin em suas individualidades, ao contrário, evidencia que ela nega a importância deles aos moldes da tradição cesarista que elevava líderes como indivíduos históricos mundiais ou líderes carismáticos<sup>84</sup>. Ainda que estejam no centro do totalitarismo, é um tipo peculiar de centralidade. O julgamento de Arendt é uma constatação da desproporcionalidade entre suas estaturas pessoais e o caos que foram capazes de gerar. Para Arendt, o papel do líder totalitário é ser o centro e a personificação de uma massa em movimento. “Acima da insensatez da sociedade totalitária, coloca-se num pedestal o ridículo supersentido da sua superstição ideológica”<sup>85 86</sup>.

As numerosas reflexões apresentadas por Canovan sobre a interpretação de totalitarismo em Arendt nos conduzem a um questionamento ainda mais instigante: os regimes liderados por Hitler e Stalin se caracterizariam de facto como regimes totalitários no sentido de Schmitt, ou seriam degenerações burocráticas?

Para respondermos a essa questão, é relevante compreendermos que ambos os processos foram cooptados por contramovimentos. Ou seja, tanto o nazismo é uma reação à Revolução Alemã pós- I guerra mundial, como o estalinismo é um contramovimento em resposta à Revolução Bolchevique. Assim como o bonapartismo<sup>87</sup> foi uma contrarrevolução em resposta à Revolução Francesa.

Em *The struggle against fascism in Germany*, no panfleto de julho de 1934 intitulado “Bonapartism and Fascism”, Trotsky<sup>88</sup> defende que o fascismo é uma contrarrevolução a partir de um quadro da economia política capitalista. Trotsky<sup>89</sup> caracteriza Hitler e Stalin como bonapartistas, ainda que em contextos de economias políticas diferentes. Em todo o caso, trata-se de uma cooptação contra o movimento revolucionário.

<sup>83</sup> Tradução livre da autora. No original: “If Mussolini showed the way, Hitler and his followers went further, explicitly personalizing his regime so that everything revolved around the Führer, whose will had the force of law” (CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 246).

<sup>84</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 247.

<sup>85</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 606.

<sup>86</sup> Na edição em inglês: “Over and above the senselessness of totalitarian society is enthroned the ridiculous supersense of its ideological superstition” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 457).

<sup>87</sup> “Bonapartismo” é o termo que denomina o movimento contrarrevolucionário liderado por Napoleão Bonaparte, que, herdeiro da Revolução Francesa, ao ascender ao poder, aboliu a república e tornou-se imperador. O fenómeno da autonomização do Estado face à sociedade foi gerado por um processo político contraditório, no qual o regime bonapartista se estabeleceu através da eliminação do regime parlamentar burguês, cuja vigência colocava em risco os fundamentos da sociedade capitalista. “A ideia de um mestre do destino colocando-se acima das classes não é outra coisa senão a ideia do bonapartismo” (TROTSKY, Leon. *The history of the russian revolution (versão 7)*. 7. ed. New York: Pathfinder, 2001a. p. 652; Tradução livre da autora. No original: “This idea of a master of Destiny rising above classes, is nothing but Bonapartism”).

<sup>88</sup> TROTSKY, Leon. *The struggle against fascism in Germany*. New York: Pathfinder, 1971.

<sup>89</sup> TROTSKY, Leon. *The struggle against fascism in Germany*. New York: Pathfinder, 1971.

Os sucessos do fascismo facilmente fazem as pessoas perderem toda perspectiva, levam-nas a esquecer as condições reais que tornaram possíveis o fortalecimento e a vitória do fascismo. [...]. Podemos defini-la como uma lei histórica: o fascismo só conseguiu conquistar os países em que os partidos operários com suas posturas conservadoras impediram o proletariado de utilizar a situação revolucionária e tomar o poder<sup>90 91</sup>.

O nazismo e o estalinismo emergiram como contramovimentos que instrumentalmente se utilizam de elementos revolucionários. A transformação para uma revolução democrática socialista internacional é nesse sentido contida pelos dois lados: por Stalin<sup>92</sup>, com a burocratização e a abolição dos soviets e o foco do socialismo em um só país; e por outro lado com o nazismo, sua característica de militarização e nacionalismo que silenciaram a Revolução Alemã. Ainda que guardassem elementos da simbologia operária socialista, dentro dos regimes não avançaram com uma economia socialista e democrática.

A interpretação de Arendt sobre esses eventos históricos segue um outro caminho, apesar de entender o marxismo como uma teoria que pensa o mundo a partir de uma perspectiva de transformação – entende que o movimento socialista na sua forma social-democrata não se efetivou enquanto teoria totalitária, porque Marx e Engels não tiveram em conta as oposições nacionais. Na medida que a classe trabalhadora foi cooptada pelos Estados-nacionais, se afastou de um projeto político a partir de uma ideia total:

Quando um movimento, internacional na sua organização, universal no seu alcance ideológico e global na sua aspiração política, toma o poder num único país, coloca-se obviamente em situação contraditória. O movimento socialista escapou a essa crise, em primeiro lugar porque a questão nacional – ou seja, o problema estratégico suscitado pela revolução – havia sido curiosamente negligenciado por Marx e Engels e, em segundo lugar, porque só teve de encarar o problema de governar depois da I Guerra Mundial ter retirado à Segunda Internacional a autoridade sobre os membros nacionais, que em toda a parte haviam aceite como facto inalterável a prioridade dos sentimentos nacionais em relação à solidariedade internacional<sup>93 94</sup>.

<sup>90</sup> TROTSKY, Leon. *The struggle against fascism in Germany*. New York: Pathfinder, 1971. p. 452.

<sup>91</sup> Tradução livre da autora. No original: “*The successes of fascism easily make people lose all perspective, lead them to forget the actual conditions which made the strengthening and the victory of fascism possible. [...] We may set it down as a historical law: fascism was able to conquer only in those countries where the conservative labor parties prevented the proletariat from utilizing the revolutionary situation and seizing power*” (TROTSKY, Leon. *The struggle against fascism in Germany*. New York: Pathfinder, 1971. p. 452).

<sup>92</sup> Em *The revolution betrayed: what is the Soviet Union and where is it going?*, publicado originalmente em 1937, Leon Trotsky expõe que foi a burocracia que fez Stalin, e não o contrário. Trotsky previu que, caso não houvesse uma revolução política que restabelecesse o controle político dos operários sobre o Estado, a própria burocracia de Stalin seria responsável por restaurar o capitalismo na União Soviética (TROTSKY, Leon. *The revolution betrayed: what is the Soviet Union and where is it going?* New York: Pathfinder, 2009b).

<sup>93</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 515.

<sup>94</sup> Na edição em inglês: “*When a movement, international in organization, all-comprehensive in its ideological scope, and global in its political aspiration, seizes power in one country, it obviously puts itself in a paradoxical situation. The socialist movement was spared this crisis, first, because the national question – and that meant the strategic problem involved in the revolution – had been curiously neglected by Marx and Engels, and, secondly, because it faced governmental problems only after the first World War had divested the Second International of its authority over the national members, which everywhere had accepted the primacy of national sentiments over international solidarity as an unalterable fact*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 389).

A partir da Primeira Guerra Mundial, há, então, a cisão do ideal de um único partido, que continha em sua essência a defesa de uma ideologia total. Quando dividido em um conjunto de novos partidos, perde a ideia de totalidade. O que Arendt não diagnostica é que esse processo é fruto do próprio movimento antirrevolucionário, que fez com que a classe trabalhadora começasse a ter interesses comuns aos do imperialismo. Focado apenas em melhorias sociais individuais, a própria classe trabalhadora passa a ter interesse nos Estados-nacionais, em vez de defender sua abolição, como propunha a Segunda Internacional antes da Primeira Guerra Mundial que defendia a solidariedade internacional da classe trabalhadora.

Contra essa tendência nacionalista da Internacional Socialista, e reapropriando-se do lema do Manifesto Comunista (1848) – “Proletários de todos os países, uni-vos” –, cristaliza-se na Conferência Socialista de Zimmerwald os primórdios daquilo que viria a ser a Internacional Comunista, que, com Rosa Luxemburg<sup>95</sup>, Trotsky, Zetkin, Lenin, Jean Jaurès e outros, apelava à ideia de uma revolução socialista total e internacional para acabar com a guerra imperialista<sup>96</sup>.

Surpreendentemente, Arendt não acredita que essa viragem nacionalista chegou de facto a ocorrer nos movimentos totalitários bolchevique e nazi<sup>97</sup>. Ao temer uma retomada do absolutismo e a limitação das suas liberdades que poria fim ao ímpeto interno de movimento, bem como a uma suposta evolução do nacionalismo<sup>98</sup> que colocaria entraves à expansão externa, acabaram por seguir a direção de um governo total:

---

<sup>95</sup> Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht apoiavam a iniciativa. Entretanto, Luxemburg estava presa e com problemas de comunicação e não conseguirá participar nas conferências de Zimmerwald. O grupo Spartacus, ao qual Luxemburg pertencia, seria representado por Bertha Thalheimer e Ernst Meyer. Para a conferência de 1915, Luxemburg e Liebknecht escreveram uma carta de princípios que todavia não chegou ao destino (NETTL, Peter. *Rosa Luxemburg: the biography*. London, New York: Verso, 2019. pp. 628-629). Nessa carta, Luxemburg denuncia o nacionalismo que cooptou os partidos social-democratas na guerra imperialista e estressa a importância do internacionalismo – a soberania da política internacional – contra a falibilidade dos partidos nacionais. Rosa Luxemburg punha sua fé numa estrutura internacional com partidos nacionais verdadeiramente subservientes aos interesses do movimento internacional socialista (NETTL, Peter. *Rosa Luxemburg: the biography*. London, New York: Verso, 2019. p. 642).

<sup>96</sup> Na Conferência Socialista de Zimmerwald, se lê: “Nessa situação insuportável, nós, os representantes dos partidos socialistas, sindicatos e suas minorias, nós alemães, franceses, italianos, russos, poloneses, letes, romenos, búlgaros, suecos, noruegueses, holandeses e suíços – nós que não defendemos a solidariedade nacional com a classe exploradora, mas defendemos a solidariedade internacional do proletariado e da luta de classes – reunimo-nos para reconectar os fios dilacerados das relações internacionais e apelar à classe trabalhadora a se recuperar e lutar pela paz”. Tradução livre da autora. No original: “*In this unbearable situation, we, the representatives of the Socialist parties, trade unions, or of their minor ones, we Germans, French, Italians, Russians, Poles, Letts, Rumanians, Bulgarians, Swedes, Norwegians, Dutch, and Swiss, we who stand not on the ground of national solidarity with the exploiting class, but on the ground of the international solidarity of the proletariat and of the class struggle, have assembled to retie the torn threads of international relations and to call upon the working class to recover itself and to fight for peace*” (TROTSKY, Leon. *An appeal to the toiling, oppressed and exhausted peoples of Europe*. New York: Penguin, 2009a. p. 5). Esta conferência é importante porque agrupa todos os socialistas que se opuseram a I Guerra Mundial e servirá como base da cisão entre social-democratas e comunistas a nível internacional. Trotsky foi o responsável por redigir a resolução final da conferência de Zimmerwald que foi assinada por todos.

<sup>97</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 515.

<sup>98</sup> A evolução do nacionalismo não coloca nenhum entrave à expansão externa – apenas o enquadra no contexto do Estado capitalista; o nacionalismo não é um entrave ao imperialismo, é sua precondição.

A forma de governo que os dois movimentos tomaram – ou melhor, que resultou automaticamente da sua dupla pretensão de domínio total e governo mundial – é melhor definida pelo *slogan* de Trotsky de “revolução permanente”, embora a teoria de Trotsky fosse apenas a previsão socialista de uma série de revoluções, desde a revolução antifeudal da burguesia até à antiburguesia do proletariado, que se alastrariam de um país para outro<sup>99 100</sup>.

Arendt defende que a teoria da revolução permanente de Trotsky pouco conseguiu efetivamente se configurar como modelo totalitário, tendo ficado mais reduzida ao que chamou de “implicações semianárquicas”. Para Arendt, foi Stalin que de facto pôs em prática a teoria de Trotsky<sup>101 102</sup>, ainda que de maneira retórica a tenha atacado para não dar vazão a quaisquer ideias de um dos seus maiores opositores.

Esse argumento está em oposição às análises do próprio Trotsky<sup>103</sup> sobre o assunto, que defende que a ascensão de Stalin significa uma reação comparável ao bonapartismo após a Revolução Francesa – fruto das condições adversas e falta de internacionalização da revolução. Trotsky<sup>104</sup> entende que, dentro dos confinamentos de Estados separados, uma produção socialista não pode ser introduzida por razões políticas e económicas.

A doutrina “totalitária” da internacionalização será substituída por uma doutrina nacionalista de “socialismo num só país”, e o controlo estalinista do Estado é reforçado a cada derrota revolucionária no exterior. O “orgulho de classe” deu lugar à timidez e ao carreirismo, no que uma nova casta política se levantou: uma jovem burocracia, que tinha crescido como agente do proletariado, começou a sentir-se como um tribunal de arbitragem independente entre as classes. Em vez de ser a classe trabalhadora e as massas a liderarem o processo de transformação, é o

---

<sup>99</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 516.

<sup>100</sup> Na edição em inglês: “*The form of government the two movements developed, or, rather, which almost automatically developed from their double claim to total domination and global rule, is best characterized by Trotsky’s slogan of ‘permanent revolution’ although Trotsky’s theory was no more than a socialist forecast of a series of revolutions, from the antifeudal bourgeois to the antibourgeois proletarian, which would spread from one country to the other*” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 289).

<sup>101</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 519.

<sup>102</sup> A teoria da revolução permanente tinha como pano de fundo uma Rússia economicamente atrasada, Trotsky acreditava que a sua única possibilidade de sobreviver seria se o socialismo não ficasse reduzido apenas à esfera nacional, mas se estendesse para o resto do mundo. Segundo Trotsky, em países de desenvolvimento mais atrasado, ou coloniais, como o que se encontrava a Rússia, havia várias etapas políticas do desenvolvimento histórico que precisavam ser saltadas. Dentre eles, o próprio quadro do sistema capitalista internacional que só dava como alternativas de transformação propostas de revoluções democráticas e burguesas, que quando conseguiam se efetivar eram sempre dependentes do capital internacional. Dito isso, para Trotsky (TROTSKY, Leon. *The history of the russian revolution (versão 7)*. 7. ed. New York: Pathfinder, 2001a. pp. 1276-1286), uma revolução democrática republicana burguesa, em países economicamente dependentes como a Rússia, não seria capaz de gerar uma emancipação efetiva na medida que as burguesias nacionais eram não só coloniais, mas dependentes do centro.

<sup>103</sup> TROTSKY, Leon. *The revolution betrayed: what is the Soviet Union and where is it going?* New York: Pathfinder, 2009b. pp. 89-91 *passim*.

<sup>104</sup> TROTSKY, Leon. *The history of the russian revolution*. 7. ed. New York: Pathfinder, 2001b. p. 1283.

Estado – como instituição acima das classes – que as impõe de forma burocrática, enquanto as massas são gradualmente afastadas da política<sup>105</sup>.

Arendt pensa encontrar uma teoria total e internacionalista – como a teoria da revolução permanente – na Alemanha nazi:

No nazismo, em lugar do conteúdo bolchevique de revolução permanente, encontramos a noção de uma “seleção (racial) que não pode parar” e que exige a constante radicalização dos critérios pelos quais é feita a seleção, isto é, o extermínio dos ineptos. O facto é que tanto Hitler quanto Estaline entenderam<sup>106</sup> promessas de estabilidade para esconder a intenção de criar um estado de instabilidade permanente<sup>107 108</sup>.

Arendt entende que, ainda que o líder totalitário tenha como fim último um objetivo total, estabelece um mundo fictício como realidade operante da vida cotidiana, em que vive em um constante limiar entre a tentativa de estabelecimento de uma aparente normalização, sem que esta se configure de facto como um modo de vida e ponha em causa seu objetivo totalitário: “[...] se não lutarem pelo domínio global como objetivo último, correm o sério risco de perder todo o poder que porventura tenham conquistado”<sup>109 110</sup>.

O totalitarismo no poder precisa, então, do estabelecimento de uma sede oficial, bem como da aquisição de uma espécie de laboratório político, em que possa testar a efetivação dos seus objetivos finais que corroborem com o desprezo à individualidade e à nacionalidade.

O totalitarismo no poder usa a administração do Estado para o seu objetivo a longo prazo de conquista mundial e para dirigir as subsidiárias do movimento instala a polícia secreta na posição executante e guardiã da experiência doméstica de transformar constantemente a ficção em realidade; e finalmente, ergue campos de concentração como laboratórios especiais para o teste do domínio global<sup>111 112</sup>.

<sup>105</sup> TROTSKY, Leon. *The revolution betrayed: what is the Soviet Union and where is it going?* New York: Pathfinder, 2009b. pp. 89-91 *passim*.

<sup>106</sup> O termo “entenderam” seria melhor traduzido por “mantiveram”.

<sup>107</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. pp. 517-518.

<sup>108</sup> Na edição em inglês: “Here, instead of the Bolshevik concept of permanent revolution, we find the notion of a racial ‘selection which can never stand still’ thus requiring a constant radicalization of the standards by which the selection, i.e., the extermination of the unfit, is carried out. The point is that both Hitler and Stalin held out promises of stability in order to hide their intention of creating a state of permanent instability” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 391).

<sup>109</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 519.

<sup>110</sup> Na edição em inglês: “[...] if they do not pursue global rule as their ultimate goal, they are only too likely to lose whatever power they have already seized” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 392).

<sup>111</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. pp. 519-520.

<sup>112</sup> Na edição em inglês: “Totalitarianism in power uses the state administration for its long-range goal of world conquest and for the direction of the branches of the movement; it establishes the secret police as the executors and guardians of its domestic experiment in constantly transforming reality into fiction; and it finally erects concentration camps as special laboratories to carry through its experiment in total domination” (ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 392).

Se alguém lê Arendt seletivamente, portanto, pode encontrar em seu trabalho um diagnóstico tão sombrio quanto a ideia de que a ameaça do totalitarismo na modernidade é pior do que qualquer coisa imaginada por aqueles que temiam as massas do século XIX. Fundamentalmente, porém, essa não é a mensagem predominante de seu pensamento político. Canovan<sup>113</sup> relembra que a história sombria que Arendt conta é perpassada por avisos contra o desespero. Lutando contra previsões de ruínas inevitáveis, ela defende que “[...] progresso e ruína são dois lados da mesma moeda; que ambos são artigos de superstição”<sup>114 115</sup>.

Os escritos subsequentes ao livro *Origens do totalitarismo* dão ênfase à capacidade humana de iniciar algo novo. O pensamento político maduro de Arendt se desenvolve como uma exploração das implicações desses *insights* sobre a existência plural de seres únicos que têm capacidade de exercer ação política, e é ela que faz com que não estejamos inexoravelmente condenados ao totalitarismo ou a qualquer outra coisa: “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano, e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o facto simples do nosso aparecimento físico original”<sup>116 117</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018.

ARENDDT, Hannah. “Sechs essays”. In: HAHN, Barbara (Ed.). *Sechs essays: Die verborgene tradition. Kritische Gesamtausgabe/Complete Works*. Vol. 3. Göttingen: Wallstein Verlag, 2019, pp. 9-112.

ARENDDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973.

BENHABIB, Seyla. *Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition and Jürgen Habermas*. Cambridge: Polity, 1996.

BURKE, Edmund. *Reflections on the revolution in France*. New York: Oxford University Press, 2009.

<sup>113</sup> CANOVAN, Margaret. “The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260. p. 258.

<sup>114</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. XXIX.

<sup>115</sup> Na edição em inglês: “It holds that Progress and Doom are two sides of the same medal; that both are articles of superstition” (ARENDDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. VII).

<sup>116</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018. p. 219.

<sup>117</sup> Na edição em inglês: “With word and deed we insert ourselves into the human world, and this insertion is like a second birth, in which we confirm and take upon ourselves the naked fact of our original physical appearance” (ARENDDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973. p. 176).

CANOVAN, Margaret. "The leader and the masses: Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship". In: BAHER, Peter; RICHTER, Melvin (Eds.). *Dictatorship in history and theory: Bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 241-260.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HOBSON, John A. *Imperialism: a study*. ACLS Humanities E-Book, 2009.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Tradução de Moni Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LUXEMBURG, Rosa. *A revolução russa*. Tradução de Isabel Maria Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUXEMBURG, Rosa. "The complete works of Rosa Luxemburg". In: HUDIS, Peter; LE BLANC, Paul (Eds.). *Economic writings 2*. Vol. 2. Tradução de Nicholas Gray e George Shriver. London: Verso, 2016.

LUXEMBURG, Rosa. "The Junius Pamphlet". In: HUDIS, Peter; ANDERSON, Kevin B. (Eds.). *The Rosa Luxemburg Reader*. New York: Montly Review, 2004.

LUXEMBURG, Rosa. *The socialist crisis in France*. Tradução de Ernest Erber. Luxemburg Internet Archive, 2005. <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1901/socialist-crisis-france/index.htm> (último acesso em 12/07/2020).

MARX, Karl. "Crítica do Programa de Gotha". In: MARX, Karl. *Obras escolhidas*. Tradução de José Barata-Moura. Lisboa: Avante, 1982. [www.marxists.org/portugues/marx/1975/gotha/gotha.htm#i4](http://www.marxists.org/portugues/marx/1975/gotha/gotha.htm#i4) (último em 07/01/2021).

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Tradução de Nélio Schneider. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. "Zur Judenfrage". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx Engels Werke (MEW)*. Vol. 1. Berlin: Dietz Verlag, 1981, pp. 347-377.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx Engels Werke (MEW)*. Vol. 23. Berlin: Dietz Verlag, 1972a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Kritik des Gothaer Programms". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx Engels Werke (MEW)*. Vol. 19. Berlin: Dietz Verlag, 1973, pp. 13-32.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Manifest der Kommunistischen Partei". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx Engels Werke (MEW)*. Vol. 4. Berlin: Dietz Verlag, 1972b, pp. 459-493.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de José Barata-Moura. Lisboa: Avante, 1997.

NETTL, Peter. *Rosa Luxemburg: the biography*. London, New York: Verso, 2019.

OBER, Josiah. "Institutions, growth, and inequality in Ancient Greece". In: ANAGNOSTOPOULOS, Georgios; SANTAS, Gerasimos (Eds.). *Democracy, justice, and equality in Ancient Greece: historical and philosophical perspectives*. Cham: Springer International Publishing, 2018, pp. 15-37.

SCHMITT, Carl. *Der Begriff des Politischen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1987.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Tradução de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2015.

TROTSKY, Leon. *An appeal to the toiling, oppressed and exhausted peoples of Europe*. New York: Penguin, 2009a.

TROTSKY, Leon. *The history of the russian revolution (versão 7)*. 7. ed. New York: Pathfinder, 2001a.

TROTSKY, Leon. *The history of the russian revolution*. 7. ed. New York: Pathfinder, 2001b.

TROTSKY, Leon. *The revolution betrayed: what is the Soviet Union and where is it going?* New York: Pathfinder, 2009b.

TROTSKY, Leon. *The struggle against fascism in Germany*. New York: Pathfinder, 1971.